

O ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Teixeira, L. X.¹
Santos, F. T. S.²

Introdução:

O trabalho discorre a respeito da afirmação histórica dos direitos humanos, da sua internacionalização, da responsabilidade internacional do Estado pela violação dos direitos humanos - principalmente no que diz respeito ao modo de atuação do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos -, bem como, os obstáculos a serem transpostos a fim de que seja alcançada a efetividade do acesso à justiça por parte dos cidadãos que têm seus direitos fundamentais violados.

Tem por objetivo disponibilizar à comunidade acadêmica a análise das formas de acesso ao Sistema Interamericano, com o estudo dos meios procedimentais pelos quais os cidadãos podem defenderem-se em casos de omissão do Estado quanto à transgressão dos direitos humanos - haja vista que existem barreiras no acesso à justiça, dificultando a atuação do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.

Metodologia:

A pesquisa segue o método dedutivo de análise bibliográfica.

Resultados e Discussões:

Da pesquisa resultou um artigo científico, de mesmo título, apontando a revisão bibliográfica e considerações a respeito do tema - sendo a pesquisa apresentada em diversos eventos científicos. Percebe-se, com as apresentações, que a atuação do Sistema Interamericano na defesa dos direitos humanos perante violações e Estados omissos não é de conhecimento da grande maioria dos expectadores. Ressalta-se, dessa forma, a importância do presente estudo.

Conclusão:

O Sistema Interamericano representa um instrumento de considerável relevância no cenário internacional - posto que atua de modo a garantir a segurança jurídica aos cidadãos nos casos de violação de direitos humanos. A maior barreira a ser vencida a fim de que seja alcançada a efetividade no acesso à justiça nos referidos casos, todavia, remete à falta de políticas públicas que possibilitem a divulgação das atribuições do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.

Fonte Financiadora:

Programa de Iniciação Científica PIBIC/UNESC e apoio do Núcleo de Pesquisa em Estado, Política e Direito (NUPED).

¹ Acadêmica do curso de graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC/UNESC. Endereço eletrônico: larissaxt@hotmail.com

² Mestre em Direitos Fundamentais (ULBRA), Especialista em Administração e Planejamento para Docentes (ULBRA), Graduada em Licenciatura em Estudos Sociais (FACOS), Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (UNISINOS), Professora Titular de Direito Internacional Público no Curso de Direito e Supervisora da Área de Direito Público na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Professora do Ensino Fundamental em Geografia e História na Prefeitura Municipal de Tramandaí (PMO), Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Estado, Política e Direito (NUPED/UNESC). Endereço eletrônico: fatadv@terra.com.br.